

INTERESSE PÚBLICO

a. 18

n. 96

mar./abr. 2016

Editorial 11

DOCTRINA

Seção de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário

O Estado Intervencionista e seus limites
Regina Neri Ferrari 15

Desapropriação, interesse público e controle judicial
Edilson Pereira Nobre Júnior 27

O regime jurídico brasileiro dos bens públicos: uma análise crítica a partir do regime garantista dos bens fundamentais
Luiz Henrique Urquhart Cademartori, Grazyelly Alessandra Baggenstoss ... 43

Eproc e sustentabilidade
Sérgio Renato Tejada Garcia 61

Indefinição conceitual acerca do dever constitucional de eficiência administrativa
Gabriel Cozendey Pereira Silva 93

Doutrina Estrangeira

Crítica de las tesis de Robert Alexy (Comentario a la ponencia de R. Alexy titulada "El concepto no-positivista de los derechos fundamentales. Teoría de los principios, derechos fundamentales y moral")
Gregorio Robles 125

Seção de Direito Tributário

Autonomia da Administração Tributária: modernização da Administração Pública no Estado Democrático de Direito
Adriana da Costa Ricardo Schier 149

Seção de Direito Municipal

Honorários sucumbenciais dos advogados públicos: natureza jurídica e análise da competência do Município para legislar no âmbito da advocacia pública municipal
Anderson Vichinkeski Teixeira 171

Seção de Tribunais de Contas, Controle Externo

Controle de sustentabilidade pelos Tribunais de Contas: proposta de marco legal a ser utilizado no controle externo concretizador da sustentabilidade ambiental
Daniela Zago Gonçalves da Cunda 187